

AJ07549

Municípios (geral) - limites

8 CIDADES

A GAZETA SÁBADO, 7 DE JULHO DE 2012

DEMARCAÇÃO

Serra e Vitória: novo limite faz vizinhos terem cidades diferentes

Com o acordo, selado nesta semana, há até imóvel com dois endereços

ELTON LYRIO
emorati@redgazeta.com.br

Pessoas com dois endereços, prédios vizinhos em municípios diferentes, gente que se sente morando em Vitória, mas, na verdade reside na Serra e locais onde a divisa é simplesmente um muro. Essas são algumas das situações curiosas geradas pela nova divisão entre a Capital e o município vizinho, que foi oficializada nesta semana e pôs fim a uma briga de mais de 40 anos.

Um dos exemplos é o Edifício Teresa Cristina, que fica numa rua em frente ao Colégio Salesiano de Jardim Camburi, mas na verdade fica no município da Serra. "Quando quero falar para alguém vir aqui em casa, o endereço é de Vitória. Mas o carnê de IPTU, por exemplo, é da Serra", contou o vendedor Aloizio Jorge Sampaio.

O prédio vizinho fica na Capital. E Sampaio confessa se sentir mais morador de Vitória do que da cidade vizinha. "A única coisa que vai na contramão disso é mesmo o IPTU. A vantagem é que o imposto é mais barato", afirma.

Outro condomínio que fica na Serra é o Village de Camburi, apesar de levar o nome do bairro da Capital. A dona de casa Sônia Maria de Souza contou que até o



O vendedor Aloizio Sampaio entre o prédio em que mora (verde), que fica na Serra, e o vizinho, em Vitória

próprio condomínio tem duas entradas: uma em cada município. "Quando a gente tem algum problema de barulho, é preciso chamar o Disque-Silêncio lá da Serra", revelou.

DIVISÃO

Outro caso que chama a atenção é o Shopping Mestre Álvaro. O imóvel está em território serrano. Mas, atravessando a rua, é possível chegar a um posto de ga-

solina que fica em Vitória. E com nova travessia chega-se a Bairro de Fátima, na Serra. Já na rua do Salesiano de Jardim Camburi, é o muro do colégio que divide os dois municípios.

Segundo o geógrafo e coordenador de Geoprocessamento da Secretaria de Planejamento da Serra, Luciano Cajaíba, a divisão foi feita levando em conta características cadastrais e urbanísticas de cada lugar,

além de acidentes geográficos. Sendo assim, houve um esforço para que a linha divisória não cortasse uma rua ao meio, por exemplo. Isso para não correr o risco de uma mesma via ter que ser administrada por dois municípios. Ele afirma que o único caso em que isso acontece é o da Rua José Celso Cláudio, onde fica o muro do Colégio Salesiano.

"Levamos em conta a

testada oficial do imóvel, que é para onde ele oficialmente está voltado. No caso dos acidentes geográficos, no Bairro de Fátima, do barranco para cima é Serra e dele para baixo é Vitória", explicou.

Segundo ele, a chamada testada provocou a divisão na área do Shopping Mestre Álvaro e torna o prédio de seu Aloizio parte da Serra, enquanto o vizinho pertence a Vitória.

GABRIEL LORDÉLLO

ENTENDA

Impasse

Foi criado pela Lei 1.919, de 1963. Ela determinava que parte dos bairros Hélio Ferraz, Bairro de Fátima e Carapina pertenceria à Capital. No entanto, tradicionalmente esses bairros sempre foram administrados pela Serra

Polêmica

O município sempre contestou a forma como a linha divisória havia sido definida, alegando que a lei era inconstitucional

Impostos

Incertas do município para que pagariam seus impostos, empresas chegaram a depositar valores em juízo. A Capital conseguiu decisão judicial para reaver o dinheiro

Acordo

Depois de dois anos de negociação, o impasse chegou ao fim, com um acordo entre os municípios nesta semana

Com Vitória

À Capital, coube a Reserva Ecológica do Lameirão, região de manguezal

Com a Serra

Coube os bairros Boa Vista II, Eurico Salles, Hélio Ferraz, Conjunto Carapina, Bairro de Fátima e Carapebus, além do Clube Aert 14. Não houve mudança na área das indústrias

Obra é embargada numa cidade e aprovada em outra

Outra situação inusitada é a construção do Condomínio Spazzio Vintage, em Jardim Camburi. A obra foi embargada pela Justiça, a pedido da Prefeitura de Vitória, em agosto do ano passado. A pendência começou porque a obra foi aprovada pela Serra - município em que a construtora apresentou o projeto do empreendimento -, mas está fora das normas da Capital, onde o terreno fica oficialmente.

Um dos motivos para o embargo é que o prédio tem mais andares do que prevê

a regra em Vitória. Agora, se a construtora quiser entregar o condomínio, terá que chegar a um acordo com a Capital, reiniciando o processo de aprovação.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade de Vitória, a construtora propôs um acordo em abril. A obra segue embargada, e a prefeitura apresentou um relatório para atestar que está fora do exigido pela legislação municipal.

Em junho, a MRV recebeu um termo de referência para que sejam feitos estudos de impacto de vizinhan-

ça, como mandam as normas de Vitória. A construtora tem um ano para apresentá-los. Uma vez concluídos, os estudos devem ser apresentados à comunidade e à comissão do Plano Diretor Urbano para a aprovação. Só a partir daí é que a prefeitura vai poder autorizar a retomada da obra.

CONSTRUTORA

A MRV, construtora responsável pelo Spazzio Vintage, pretende retomar a construção em até 60 dias e entregá-la aos moradores em dez meses. Segundo o

"Quando compramos o terreno, não havia registro daquela área em Vitória"

SÉRGIO LAVARINI
DIRETOR DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS DA MRV

diretor de Relações Institucionais da empresa, Sérgio Lavarini, todo o processo foi feito na Serra, porque a área estaria registrada lá.

Depois de uma equipe de fiscalização da Capital ter pedido o embargo da obra, as partes entraram em uma batalha judicial. "Estávamos seguros da legalidade", diz. A empresa chegou a ganhar em primeira instância, mas perdeu no Tribunal de Justiça.

Agora, a ideia é chegar a um acordo, já que, segundo Lavarini, a obra está

60% pronta. Assim, não haveria como enquadrá-la a todas as regras. "Há a proposta de um termo de ajuste para que a empresa providencie algumas contrapartidas. E não temos resistência a fazer os estudos que a prefeitura solicitou", afirma o diretor.

Ele informou que a MRV se reuniu, nesta semana, com as famílias que compraram os apartamentos, e quem desistiu do negócio terá a devolução do dinheiro. O condomínio tem 300 unidades, e estima-se que metade esteja vendida.